

## APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS DAS GRAFIAS CENTRAIS DO DEBATE DE GÊNERO

Gustavo Ruiz da Silva\*

Ian Alankule Purves\*

**Resumo:** Este artigo pretende abordar a importância histórica e filosófica de se debater gênero, em especial na situação feminina. Para isso, percorrer-se-á, nesta ordem, a fim de marcar aproximações e afastamentos no âmbito epistêmico e metodológico de suas obras, o proposto por Scott, Beauvoir, Butler, Benhabib e Fraser. Concluindo que a teoria desta última pode ser utilizada como um caminho entre os universalismos, operando nas resoluções do cotidiano, e as análises pós-modernas, mediando o debate sobre redistribuição e reconhecimento. Um recorte da situação brasileira também é levado em conta, a fim de se contextualizar geo-culturalmente a problemática em questão, mesmo que de modo inicial.

**Palavras-chave:** Filosofia; Gênero; Feminismo; Mulheres.

## APPROACHES AND DEVIATIONS FROM THE CENTRAL SPELLING OF THE GENDER DEBATE

**Abstract:** This article aims to approach the historical and philosophical importance of discussing gender, especially in the female situation. In order to do so, it will be followed, in this order, to mark approximations and departures in the epistemic and methodological scope of his works, the one proposed by Scott, Beauvoir, Butler, Benhabib and Fraser. Concluding that the theory of this latter can be used as a path between universalisms, operating in everyday resolutions, and postmodern analyzes, mediating the debate on redistribution and recognition. A frame of the Brazilian situation will also be considered, in order to contextualize geo-culturally the problematic in question, even if initially.

**Key-words:** Philosophy; Gender; Feminism; Women.

[...] a fim de protestar contra as várias formas de segregação que lhes eram impostas, as mulheres tinham de agir em seu próprio nome, invocando dessa forma, a mesma diferença [sexual] que procuravam negar (SCOTT, 1990, p. 18).

### 1. POR UMA IMPORTÂNCIA HISTORIOGRÁFICA

---

\* Graduando em Filosofia (Universidade de São Paulo) e em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Foi bolsista PIBIC de Iniciação Científica, tendo-a terminado em seu estágio internacional de pesquisa na Sciences Po Paris. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Michel Foucault da PUC/SP - CNPq.

\* Graduando em Filosofia na Universidade de São Paulo, onde realiza sua pesquisa de Iniciação Científica em História da Filosofia Moderna (Séc. XVIII).

Ao se discutir o recorte de sexualidade na política, diversas são as correntes teóricas, mas gênero se tornou instância necessária de análise; isso guina para o feminismo, e uma percepção decorrente disso é que há uma polissemia de valores para tal concepção. Ressoam sob esse nome diversas problemáticas, teses, argumentos sobre o que é, como se dá, e como se supera a opressão à mulher, e até outros modos de se colocar as questões de sexualidade. No que concerne a tal questão, é com expressiva ênfase que surge o embate entre dois significativos *corpus* teóricos do pensamento contemporâneo: a tradição universalista e sua negação. Assim, é considerável realizar uma comparação entre certos signos temáticos, a fim de que se possa contextualizar as autoras do feminismo dentro de tais eixos da história do pensamento.

Outra percepção que este percurso suscita é que há uma intrincada relação entre filosofia e história; o modo como os problemas filosóficos estão contidos em sua singularidade histórica, e simultaneamente o como a interpretação da história muda conforme as categorias de análise são alteradas. Arelada a tais óticas também se pode pôr questões sobre a geografia do pensamento (já que determinadas correntes contemplam mais ou menos as singularidades espaço-temporais), onde as questões relacionais entre particular e universal pode trazer significativo alcance perspectivo para a análise social sobre o Brasil no plano da sexualidade.

Em tal cenário, segundo Joan Scott, a categoria *gênero* é útil para análises históricas (SCOTT, 1995, p. 72). Não análises históricas feministas, mas análises históricas. Porque sua conotação sensorialmente mais neutra permite um tom mais científico e menos político do que se se chamassem estudos feministas (Op. Cit., p. 75), efetivando uma abertura de novos setores de estudos nas ciências humanas – área que, sem surpresa, é povoada principalmente por homens, não seria originalmente um local a oferecer guarida a tais tipos de estudo. A partir de tal categoria também se pode perceber como necessária a relação entre o mundo das mulheres e o mundo dos homens, dado que os dois são dotados de gênero como atributo essencial; o que por implicar uma inscrição das mulheres na história o faz necessariamente, também, uma redefinição e alargamento das noções tradicionais do que é valorado como historicamente relevante (Op. Cit., p. 72).

Scott relembra que a referência de *gênero* à gramática não é gratuita, já que mesmo as palavras, as ideias e os conceitos ocorrem na história. Assim, vale ressaltar que na gramática *gênero* faz parte de um sistema socialmente consensual de distinções, uma forma não objetiva de classificar fenômenos (Ibidem). Dever-se-ia questionar, então, que possibilidades de realidade produziriam as categorias de análise do patriarcado, e conseqüentemente que realidades a serem modificadas, assim como o que tais significações trariam em seu momento histórico. Surge como resultado que gênero faz parte das tentativas pós-estruturalistas de formular novos paradigmas conceituais, dadas as insuficiências das até então presentes formulações feministas, marxistas e psicanalíticas de análise do patriarcado; que de algum modo sempre mantinham partes da desigualdade homens-mulheres sem explicação. Há aqui a presença de um paradigma literário em detrimento dos até então paradigmas científicos nas análises: traz-se novidades importantes, a saber, a polissemia ou ambivalência de conceitos (Op. Cit., p. 85).

Scott produz uma brecha na teoria social, que permite, então, se colocar uma nova questão: se um novo sujeito político pode mudar a interpretação histórica já tida como dada, ao mesmo tempo que tal sujeito é produzido historicamente, não é possível que outros “temperos” da constituição de tal sujeito sejam também de grande relevância para este tipo de análise, ao mesmo tempo que a análise só pode ser feita com base em uma perspectiva geograficamente constituída? Deste modo, discutir sexualidade a partir do Brasil implica fazer uma nova escavação conceitual no processo de generificação e ou identificação, quaisquer que sejam as correntes teóricas adotadas para a análise.

O que se vê aqui, então, é um processo de mapeamento do desenvolvimento, uma historiografia, da história dos sistemas de pensamento, isto é, o conjunto de relações que se estabelecem na história dos conceitos e debates do feminismo ocidental. O avanço que circunscreve este artigo se encontra no estabelecimento dessas diversas redes de relações entre as diversas autoras, naquilo, em especial, que as fazem – na atual situação de gênero e sexualidade – se dividir entre a linha de matriz universalista e anti-metafísica no debate e luta por distribuição e reconhecimento.

## 2. O INÍCIO DO PENSAMENTO FRANCÊS NAS QUESTÕES DE GÊNERO

Se a analítica de Scott traz luz mais à mudança da interpretação da história como chave para a transformação das opressões oriundas da sexualidade, a análise de Beauvoir fotografa a situação em sua imanência para criar o ponto de partida a ser superado. Por tal razão é válido sublinhar que tais reflexões sobre gênero em Scott ecoam de Simone de Beauvoir, que sem ter postulado gênero como categoria de análise, abriu tal horizonte com seu profundo questionamento sobre a existência do eterno feminino. Tal concepção seria a essencialização do que se trata ser mulher: inclusa nessa, toda a subserviência ao homem, decorrente da eternização desta relação de dominação.

Esta tentativa, então, de eternizar a feminilidade se valeria da ciência como paradigma de certificação de objetividade e de um suposto caráter estático da proposição; o que Beauvoir demole com sua firme argumentação sobre não se nascer mulher, mas sim de se tornar mulher, abre o campo de formulação histórico-social para a percepção do que é ser Mulher. Cabe ainda dizer que não há uma perspectiva que contemple uma *geo*-historicidade.

Em sua investigação, Beauvoir percorre três grandes áreas que ofereciam grande força social em sua época na constituição dessa concepção eternizante de feminino, a saber a ciência, a psicanálise e o materialismo histórico. Percorreu muito do material da biologia corrente para escancarar que o processo de seccionamento dos dois tipos sexuais nas diversas espécies não é claro (Beauvoir, 1970, p. 29). Demonstrou que a psicanálise erra ao decretar um modelo masculino na explicação dos fenômenos ocorridos nas mulheres (Op. Cit., p. 61). E, finalmente, Beauvoir elogia a historicidade crítica do materialismo histórico, mas afirma que não é possível realizar qualquer inferência sobre a propriedade privada acarretar necessariamente em toda a opressão à mulher (Op. Cit., p. 74).

Tudo resulta numa situação historicamente localizada e que por tal razão pode ser superada; mas não se adequando totalmente à explicação do materialismo histórico. As cidadãs tornaram-se eleitoras, com o direito ao voto; havendo maiores possibilidades de participação das mulheres no mercado de trabalho; elas passaram a recusar o confinamento ao papel de dominada; passaram a desejar estabelecer relações sexuais com o outro sexo de modo recíproco e igualitário (Beauvoir, 1970, p. 450). No entanto,

na concepção de Beauvoir, a situação da mulher guardava ainda algum tipo de dominação masculina. A participação política delas nos altos cargos ainda é acentuadamente mais baixa que a dos homens; poucas são as mulheres que podem ser independentes financeiramente; o mundo ainda as recebe de modo a confiná-las na subordinação; e seu erotismo ainda é constituído de maneira subserviente, mesmo nas raras mulheres mais livres (Op. Cit., p. 455).

Com a publicação de “*O Segundo Sexo*”, em 1947, Simone de Beauvoir abriu uma nova ordem de questionamentos, ao oferecer argumentos suficientes para constatar que a diferença sexual é definida tão apenas no exercício da própria atividade sexual, pois é o único momento em que esta distinção se manifesta de fato. A partir disso, desencadeiam-se e reproduzem-se todas as subseqüentes relações de dominação que precisam de uma diferenciação sexual para se apoiar. Não é essa opressão implicada necessariamente à natureza do ser humano, tampouco advinda de uma supremacia de um suposto Pai Primevo, nem da instauração do regime produtivo baseado na propriedade privada, mas sim uma persistência que se apóia na racionalidade do Sujeito primeiro masculino.

Dessa maneira, cabe ainda questionar se talvez a perspectiva universal masculina do sentido humano – que Beauvoir crítica – não comporta ainda outro atributo: o de ser europeu. Pensar em uma mulher em abstrato e em uma situação geograficamente em abstrato é suficiente para derrotar tais questões relativas à sexualidade? Algumas questões são levantadas à ela, como o fato de tal livro ter sido pensado no início de um período de instauração do Estado de Bem-Estar Social europeu, e talvez por isso algumas mulheres fossem independentes financeiramente na Europa, mas enfrentassem maior dificuldade nesse tipo de libertação em países em que havia histórico de escravismo pela diferença étnica.

Não por menos, a saída proposta por Beauvoir provoca dúvidas. Ela propõe que devem todas as mulheres em liberdade poder transcender, e por conseguinte atingir sua liberdade erótica, independência financeira, relacionando-se pela livre troca afetiva em suas relações; tendo na maternidade o controle de natalidade e mortalidade (Beauvoir, 1970, p. 496). Contudo, isso não altera o fato, para ela, de que existem certas constantes que se apresentam como situações políticas, econômicas, culturais e sexuais para as

mulheres em que é preciso, junto à transcendência, uma evolução coletiva, que culmine na produção de uma nova situação feminina.

Ainda quanto à transcendência, parece pouco provável que dois sujeitos transcendentais possam simultaneamente impor um ao outro tal outridade, sem que haja dominação, ou que a vida comporte a mesma estabilidade e equilíbrio entre ambos. A situação se reforça quando a outridade sai do plano mais homogeneizado da Europa e corre para cá, Brasil, cuja diferença já começa de partida por sua periferização ampla. Assim, a análise dialética da autora é útil para capturar o tipo de opressão existente em uma relação que se caracteriza justamente por ser binária, mas (ao se prender ainda numa estranha combinação de crítica da biologização, defesa de mudança histórico-cultural e uma superação que ainda se pauta pelos sexos biologicamente constituídos) parece comprometer as possibilidades de superação. Por fim, parece difícil a possibilidade do processo de coletivização através das transcendências individuais, não deixando de ser excessivamente homogeneizante o modo como se postula um sujeito genérico novamente – desta vez mulher, e não homem – sobre uma realidade heterogênea, que comporta diversas situações culturais, econômicas e políticas.

O que seria, então, transcender a partir do Brasil, no âmbito da sexualidade? Manter-se-ia como horizonte desejável a postulação de relações em que ambos sujeitos sejam Um para si? É possível pensar tal saída a partir de países que são geohistoricamente constituídos como Outro? A conciliação entre particular e universal realizada pela dialética de Beauvoir parece não dar conta de sustentar um equilíbrio que seja capaz de fundamentar uma realidade diversa, pois não abarca proporcionalmente a dimensão social que constitui os processos de subjetivação, assim como singularidades e dissonâncias sexuais. Se ela realiza duras críticas que se estendem ao âmbito brasileiro, no que toca à uma sociedade capitalista e individualista, também sustenta grande estima valorativa para com a Ciência, deixando algumas pontas escaparem, tal como demonstrado anteriormente.

### **3. POR UMA FILOSOFIA DA DISSONÂNCIA: O PÓS-FEMINISMO DO MARTELO**

Judith Butler começa sua crítica não-universalista com a afirmação de que levadas as categorias de sexo e gênero aos seus respectivos limites lógicos se atinge uma descontinuidade radical entre ambas (Butler, 1990, p. 24)<sup>59</sup>. Quando se toma que o sexo é relativo à natureza e o gênero à cultura há um ocultamento das operações de poder que produzem discursivamente tal diferenciação. Segundo a filósofa, impedir-se-ia de se pensar efetivamente aquilo que se pretende combater. Pode-se, assim, entender o motivo pelo qual Butler abandona a chave identitária: o par gênero-sexualidade operará em Butler fora do discurso biologizante, fora daquilo que garante um sentido determinado ao par citado, da sua substancialização, que garante algo de mesmo aos entes em particular (Op. Cit., p. 59).

Em decorrência disso, a genealogia do gênero de Butler terá como conclusão que toda a opressão à mulher se sustém em uma coerção anterior, que é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio do imaginável do gênero, um fenômeno inconstante e contextual que denota ao processo de identificação, uma delimitação normativa na qual as circularidades do poder agem, impedindo qualquer tipo de existência não normatizada.

Assim, a disposição binária presente em Beauvoir seria uma postulação de um sujeito universal e abstrato que reproduziria práticas de normatização. Uma pretensão que impede a detecção de especificidades de cada ente identificado como mulher. Postula-se, por uma concepção metafísica *a priori*, uma suposta procedência de caráter *a posteriori* do gênero e sexo. Sobretudo, a forte objeção de Butler à Beauvoir é que, caso se aplique consistentemente a distinção sexo/gênero, a explicação beauvoiriana não permite ver com clareza se um sexo dado se torna necessariamente um gênero determinado. Isto é, se “mulher” é uma interpretação cultural de “fêmea”, então, poder-se-ia concluir que não é qualquer corpo que é arbitrariamente o locus do gênero “mulher”, mas sim um corpo previamente definido (Butler, 1990, p. 37).

A manutenção da identidade nas proposições feministas manteria a essencialização da feminilidade porque o processo de identificação se apoia em uma concepção metafísica de substância, que viria de uma ilusão das estruturas

---

<sup>59</sup> Uma pesquisa mais aprofundada sobre Butler, em especial o debate desta para com o pensamento de Lévi-Strauss, Nietzsche e Foucault, pode ser vista em: RUIZ DA SILVA, G. *Butler entre Nietzsche e Lévi-Strauss...*

linguísticas indo-europeias (absorvidas pelas concepções teóricas feministas sem crivo crítico) que se embasam na formulação de um sujeito ativo e um objeto passivo. Desta forma, seria uma contradição manter formulações apoiadas nas categorias identitárias. Além disso, a questão do poder não seria resolvida, já que outras matrizes teóricas não abarcariam outras concepções não binária e dissonantes.

Deste modo, pode-se dizer que irrompe a ressignificação do termo *queer*, que se construiu como a ferramenta para uma problematização aos termos universalistas. Ao mesmo tempo, o *queer* apresenta-se como uma nova possibilidade nomenclatural, uma nova significação sem pretensões de representar qualquer essência dos que o reivindicam. O *queer* recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Recusa-se a aceitar a existência do sujeito (seja ele feminino, gays, lésbicos etc.) como pressuposto. A teoria *queer* pretende realizar a desconstrução dessa categoria, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas (Butler, 1990, p. 23).

Decorre disso a necessidade de operacionalização efetiva de todo esse sistema de transformações; surge a ideia de *performance*. Em *Gender Trouble: feminism and the subversion of Identity* (1990), o termo *performance* se apresenta como tema central na caracterização das significações de práticas (aí incluso o sujeito) que são formadas *nos* e *pelos* discursos que se executam. Com a *performatividade*, o gênero se mostra como um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido, onde a identidade é constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados.

A *performatividade*, então, é um ato que faz surgir o que nomeia e constitui-se *na* e *pela* linguagem. Contudo, não é um “ato” singular, pois é sempre a reiteração de um conjunto de normas e, na medida em que adquire um status de ato no presente, esconde ou dissimula as convenções das quais é uma repetição (Butler, J. 1990, p.12). A autora considera a *performatividade* como uma reencenação, uma interação que no processo de enunciação transforma o que enuncia ou interage. Estabelece-se toda identidade de gênero como uma forma de simulacro produzida nas relações de poder (Butler, 1990, p. 55). A lei é incorporada e, como consequência, são produzidos corpos que significam essa lei sobre o corpo e através do corpo (Op. Cit., p. 53). Logo, os gêneros são apenas efeitos de verdade (Op. Cit., p. 195).

Subsequentemente, o que a autora vai buscar fazer é uma genealogia da ontologia do gênero. Vê-se o reflexo disto na obra de Butler quando a mesma vai colocar, por exemplo, a *Drag Queen/King* como aquela com potencial de desestabilizar as estruturas, rompendo com as *generificações* estabelecidas, com os padrões enunciados, com as práticas que se cristalizaram e se transformaram em normas – elas expõem publicamente a possibilidade de dissonância entre sexo, sexualidade e gênero, expondo que as essencializações são uma ficção. Desmascarada essa farsa, é possível questionar a regra disciplinar hegemônica que sustenta a heteronormatividade.

Que performance inverterá a distinção interno/externo e obrigará a repensar radicalmente as pressuposições psicológicas da identidade de gênero e da sexualidade? Que performance obrigará a reconsiderar o lugar e a estabilidade do masculino e do feminino? E que tipo de performance de gênero representará e revelará o caráter performativo do próprio gênero, de modo a desestabilizar as categorias naturalizadas de identidade e desejo? (BUTLER, 1990, p. 198).

Poder-se-ia ressaltar as paródias que se assumem explicitamente como cópias de uma cópia: já que não há origem da dominação, não haveria um ator, mas apenas o ato e sua reprodução. Tais performatividades agiriam na abertura de possibilidades, pois a maneira como a identidade coage os corpos se dá no modo como o poder se configura. Nos casos citados há uma reconfiguração de tais normatizações. As divisas corporais condicionam a capacidade de atribuir outridade aos seres: os limites entre o que é interno e o que é externo servem como base do processo do tornar o ser em um Outro. Os limites da individuação são os condicionantes da outridade, portanto, confundem-se as fronteiras de permeabilidade dos corpos, desloca-se a lei e se tem uma saída possível para a discursividade do poder.

Com o passar do tempo, normalizaram-se determinadas práticas sexuais. Forçaram-se repetidas enunciações, criando o que se entende por sexualidade, corpo, sexo e gênero. Com isso, o mundo passou a ser generificado em duas categorias baseadas em características biológicas, assim como as diversas práticas sexuais na estratificação de apenas uma: a heterossexualidade. A metodologia apresentada por Butler nos permite sair dessa lógica, nos permite perceber como as diversas práticas operam fora da substancialização.

Contudo, quando se diminui a distância metodológica tomada pelo pós-estruturalismo (por exemplo, tomando o Brasil como exemplo, em seu cenário de capitalismo periférico e cultura de fundamento judaico-cristão), como seria possível, pela teoria *queer* e pela chave da *performatividade*, construir uma mudança em nossa sociedade? Seria a desestabilização o bastante? Como poder-se-ia buscar mudanças, potenciais emancipações para a situação feminina se Butler somente indica um incômodo às estruturas por uma performance não normalizada? Se as possibilidades de reação e resistência estão imbricadas nas próprias relações de poder, como teriam possibilidades reais de mudança que não somente dependessem da ação individual?

### UM RETORNO AOS UNIVERSALISMOS: DA TEORIA À PRÁTICA

É neste ponto que se insere a principal crítica feita por Seyla Benhabib à teoria butlerana – criou-se um sistema em que as saídas ficam extremamente limitadas aos olhos de quem segue a teoria crítica, matriz teórica da filósofa turca. Por isso, em 1991, Butler e Benhabib iniciaram um amplo e acirrado debate, na qual cada uma das autoras delimitou as margens do feminismo pós-moderno e moderno, respectivamente. Se para Butler temos de abandonar a ideia de uma mulher universal, a fim de mostrar que sua universalidade e naturalidade são uma farsa, Benhabib, por sua vez, acredita que a desconstrução do sujeito não é o método adequado para enfrentar o problema feminino – o foco desta autora é a transformação das relações que definem as desigualdades de gênero. Segundo ela (cf. Benhabib, 1991), o pós-estruturalismo, ao entender o sujeito como produto do poder, não só o matou, mas também findou sua autonomia, deixando o feminismo sem meios de agir ou de julgar o caráter emancipatórios das transformações sociais.

Assim, Benhabib sugere que Butler, ao afirmar que não há nada anterior à performance de gênero, que não há um agente por trás da ação, torna incompatível a possibilidade de mudança no rumo da ação. A dissolução do sujeito conduz também à morte da ação e da autonomia – ao situar o sujeito em uma dada condição sociocultural, o feminismo pós-moderno perdeu a ferramenta necessária para que esse movimento funcione como crítica: a autonomia do sujeito. Sacrificou-se a autonomia, para se destruir o sujeito universal, algo nocivo ao feminismo. Esse foi o grande erro do

feminismo pós-moderno. Segundo Benhabib (1991, p. 811), esse sacrifício não só teria sido desnecessário, como também nocivo para o movimento. No lugar de se resignar à impotência pós-moderna, o feminismo deveria investigar formas de promover transformação social que visam relações mais igualitárias de gênero.

Embora Benhabib reconheça que Foucault e Derrida decretaram o fim da metanarrativa histórica em razão de sua preocupação com a pluralidade e os dissonantes<sup>60</sup>, ela afirma que eles foram longe de mais: a oposição extremada à História afasta o interesse epistemológico na historiografia tradicional das lutas pela inclusão de atores marginalizados da narrativa oficial (Benhabib, 1992, p. 222). Sem a reconstrução histórica dessas lutas, a história dos sujeitos excluídos fica sem visibilidade e, assim, não é possível repensar as relações entre política e memória histórica.

Para concluir o ataque feito por Benhabib, deve-se ressaltar a adoção pelos pós-estruturalistas de uma crítica que evita a racionalidade transcendental rejeitando todo modo de normatização: isto, para a autora, reduzir a filosofia à mera descrição do mundo, perdendo sua função formuladora de justificativas para essas condições de validade (Benhabib, 1992, p. 224) – as investigações sobre essa validade supõem normatizações, regras disciplinares que exprimem interesses dos atores envolvidos nas relações de poder. Contudo, sem normatividade, como é possível qualificar as discriminações de gênero?

Outro problema apontado por Benhabib é a impossibilidade do sujeito olhar seu contexto de modo distanciado, já que mesmo nos momentos de maior autoritarismo, sempre resta algum espaço para o distanciamento crítico do sujeito. Um exemplo disso, foram os filósofos da Escola de Frankfurt, que não só se exilaram geograficamente, mas também mentalmente de seu contexto (Benhabib, 1992, p. 227). Tira-se disso que o pós-estruturalismo compromete a força contestadora do feminismo ao confundir o sujeito com seu meio e o tornar incapaz de conceber arranjos políticos diferentes dos vigentes.

Deste modo, para não cair na substancialização criticada pelo pós-estruturalismo, mas também não cair no impasse que tal crítica gera, Benhabib propõe um modelo narrativo como uma alternativa de visão para a subjetivação. Com base nas construções do *self* de Charles Taylor, o sujeito deixa seu estado estático e intransitivo

---

<sup>60</sup> Sobre a dissonância na obra de Foucault, ver: RUIZ DA SILVA, G. *A imagem de si...*

para ser *self*, que pode ser entendido como um ponto recortado por um feixe de relações que constituem não uma identidade, mas um núcleo de identificações somado a um número de disposições, isto é, compromissos valorativos fortes (Benhabib, 2017, p. 153). Trata-se principalmente de registrar narrativamente os recortes que perpassam tal *locus*. Assim, tal constituição para a autora não é a-histórica, pois o modelo se especifica cultural e historicamente na inflexionalização das narrativas mestras da estrutura familiar e dos papéis de gênero nas quais cada indivíduo está lançado.

Para uma nova conceituação de identidade, Benhabib pensará juntamente com Taylor, em que ser e se tornar *self* diz respeito a ser lançado em certas redes de interlocução, de modo que a narrativa do sujeito o conduz a maneiras específicas de saber responder a tais redes desde onde ele está endereçado (Benhabib, 2017, p. 154). Deste modo, os códigos culturais definem nossa capacidade de contar e construir narrativas, mas não intervêm na agência que temos de construir uma narrativa que faça sentido para nós enquanto *selves* (Op. Cit., p. 155). O indivíduo reporta às estruturas, mas não há via pela qual o sentido não se dê simultaneamente *pelo* e *no* indivíduo localizado; as estruturas perdem seu peso estático sem perder sua relevância, o indivíduo perde seu livre-arbítrio sem perder suas possibilidades de agenciamento.

É neste sentido que a perspectiva teórica de Benhabib se faz interessante no pensamento político acerca da sexualidade no Brasil. Tudo se dá através de um ser lançado a dado endereço. Ele se constitui em suas redes de interlocuções, que possuem em sua definição, uma necessidade de contextualização espaço-temporal. O modelo narrativo oferece uma boa via de comunicação entre universal e particular, dando também acesso a uma certa ordem das singularidades constitutivas dos processos de subjetivação, possibilitando, assim, a possibilidade de se pensar os processos de generificação de identificação de maneira cruzada às relações sociais geo-históricas.

### **A AMÁLGAMA FRASER: ENTRE BUTLER E BENHABIB**

Dada a crítica feita por Benhabib à Butler, como podemos tentar solucionar o embate apresentado por estas filósofas? Essa foi a questão posta por Nancy Fraser. A autora se põe ao lado de um materialismo interdisciplinar, assim como os frankfurtianos, sendo influenciada por Freud e Weber, mesmo que tenha herdado

características fundamentais de Marx. Como teórica da Teoria Crítica está orientada para a emancipação, rompe com a neutralidade científica ao admitir o projeto de uma sociedade livre e igualitária como princípio da compreensão das relações sociais vigentes. Muito diferente de um positivismo descritivo de fenômenos, o que está em jogo é assumir a normatividade da emancipação na construção de conceitos críticos que não se restrinjam à mera designação dos objetos, mas que revelem, em sua essência, sua própria negação. É a uma tradição teórica com essas características que Nancy Fraser se alinha. O fundamento de sua criticidade é construído através de um diálogo crítico com teóricos dessa tradição, sobretudo Jürgen Habermas.

Assim, seu primeiro livro, *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory* (1989), Fraser faz uma coletânea de artigos em que dialoga, principalmente, com trabalhos de Jürgen Habermas e Michel Foucault. O que se quer mostrar é que a autora quer combinar poder e autonomia na teoria feminista misturando ingredientes modernos e pós-modernos – entre Butler e Benhabib, Fraser vê um caminho para integração. Ela busca pacificar a “guerra de paradigmas”, buscando reunir igualdade e diferença numa teoria capaz de descrever a desigualdade de gênero em cada contexto social, ao mesmo tempo que busca emancipar as mulheres dessas desigualdades.

Desta maneira, Fraser (1995) quer mostrar a compatibilidade das outras duas feministas, a capacidade de desconstrução das identidades essencializadas, mas sem o comprometimento da autonomia do sujeito. Ela quer desconstruir o sujeito a fim de combater as substancializações, mas afirma que é necessário reconstruir uma identidade e retomar alguma normatividade para que a teoria feminista possa formular uma crítica social que se dirija à emancipação. Descrição da desigualdade, mas com projeto emancipatório.

Assim, para a autora, a teoria crítica feminista deve cumprir as seguintes tarefas: analisar as subordinações (tarefa que tem como foco o poder), criticar essas subordinações, e oferecer indicações para um caminho de transformação social (foco na autonomia). Busca-se, então, estudar como o poder estrutura o desejo do indivíduo de se subordinar ou de criticar, tendo, concomitantemente, o foco no poder e na autonomia: uma articulação necessária para que a teoria política feminista funcione como crítica

social sem ingenuidade e nem metafísica, mas com formulações de projetos emancipatórios (Fraser, 1995, p. 64).

Segundo Nancy Fraser (1995), entre Benhabib e Butler há somente uma diferença de ênfase. Enquanto a primeira, negligenciando a questão do poder, foca na ação do sujeito enquanto sua capacidade crítica, Butler destaca o oposto, descuidando de recursos necessários para uma crítica social. Estão, a tese de Fraser é que as debilidades de Butler podem ser supridas pela universalidade e normatividade de Benhabib, assim como os problemas desta podem ser sanados pelo estudo do poder. Para Fraser (1995, p. 72), ambas as autoras falharam ao integrar argumentos crítico-teóricos ao pós-estruturalismo, dialogando com versões demasiadamente fortes das concepções opositoras que não se mostram em realidade.

Fraser conclui, então, que a concepção de subordinação de Butler e a concepção de autonomia de Benhabib não são antitéticas, mas sim complementares – Butler tem importância no papel descritivo da teoria crítica feminista, enquanto Benhabib tem na função propositiva do movimento. O fim da polarização epistemológica na teoria feminista que Fraser propõe remete, assim, ao modo como Butler e Benhabib entendem somente o reconhecimento social. Segundo a autora, gênero implica tanto redistribuição quanto reconhecimento (Fraser, 2006, 233). Para ela, as lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde etc. (Op. Cit., p. 231).

Isto é, cabe distinguir analiticamente a injustiça econômica e a injustiça cultural-simbólica, assim como seus entrelaçamentos. Para ela, o remédio para a primeira injustiça é a reestruturação político-econômica, no que concerne à redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho etc.; já para a segunda injustiça, ela propõe uma mudança cultural, uma revalorização das identidades desrespeitadas, uma transformação dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, visando mudar o sentido do eu e de *todas as pessoas* (Op. Cit., p. 232). O que se tira com isso é que gênero opera de modo ambivalente, contém a face da economia (âmbito da redistribuição) e a face cultural (âmbito do reconhecimento, onde Butler e Benhabib discordam) – o resultado disso é um ciclo vicioso de subordinação que precisa ser

mudado tanto no âmbito econômico, quanto simbólico por medidas de afirmação e transformação.

Por afirmação, a autora vai entender correções de desigualdades de arranjos sociais, mas que não abala a estrutura subjacente que engendra as próprias desigualdades; já por transformação, ela entenderá a remodelação da estrutura gerativa subjacente – a diferença entre efeitos terminais e processos produtores, que precisam concomitantemente serem abafados para que haja uma mudança real da situação feminina (Op. Cit., p. 237). Fraser, então, buscou reformular o dilema da redistribuição-reconhecimento, tornando possível pensar que para cada situação concreta há uma possibilidade, seja de *reconhecimento-afirmativo*, *reconhecimento-transformador*, *redistribuição-afirmativa* ou *redistribuição-transformadora*, isto é, no que diz respeito a cada situação de cada grupo social específico, agora se tornou possível pensar ações que buscam efetivamente minimizar o problema em questão, satisfazendo questões objetivas e inter-objetivas do mundo – uma solução para a reprodução simbólica e material da sociedade.

É neste sentido que se pode pensar uma usabilidade generalista da teoria fraseriana, em que, por todos os cantos do globo, encontram-se instituições e técnicas de Estado para que se apliquem medidas de redistribuição, sejam elas afirmativas ou transformadoras, no sentido em que sempre haverá algo concreto para ser aplicado e melhorado nos diferentes grupos de gênero e sexualidade não hegemônicas, buscando-se alcançar os objetivos práticos ali envolvidos. Um exemplo disso são as medidas legais e econômicas que buscam a expansão da igualdade legal entre hetero e homossexuais, ou a financeira entre homens e mulheres. Já no âmbito do reconhecimento sempre será possível uma discussão teórica sobre os processos linguísticos, narrativos ou metafísicos acerca da invenção destas categorias supracitadas, buscando-se problematizar por diferentes perspectivas as questões culturais que estruturam as possíveis opressões sociais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A partir da conclusão de Scott por uma nova historiografia que inclua as margens é possível pensar que a geografia que baseia qualquer posição histórico-

filosófica é da mais alta relevância prática e teórica. Se todas as palavras, ideias e conceitos ocorrem na história, ocorrem também em uma dada geografia e, já que elas traçam as condições de possibilidade e alteram qualquer possível horizonte, é preciso dar atenção a tal singularidade. Deste modo, é primordial, a partir disso, colocar como categoria analítica da própria história e geografia a problemática do gênero.

Simultaneamente, nos ecos de Beauvoir que introduziu uma força neste debate, é preciso pensar como as geografias do pensamento se relacionam. Coloca-se, neste ponto uma problemática, as relações entre particular e universal: ao mesmo tempo que se tem em vista que há um posicionamento particular que preza pela singularidade, também se coloca um sistema de referência europeia (no Brasil advindo da colonização) que cria uma série de generalizações metafísicas. Avaliar em que intensidade isso influencia na constituição local das opressões se torna necessário, assim como a localidade se conecta com as tendências da situação global: estas são questões que emergem com a filósofa francesa, vindo a ser contestada pelo pós-estruturalismo.

Conclui-se deste modo que, mesmo no capitalismo periférico de um país como o Brasil (em suas mais complexas e contrastantes nuances internas), a teoria de Fraser poder ser utilizada tanto para se ajudar a resolver problemas materiais em cada uma das questões específicas de uma localidade, quanto para se pensar as generalizações metafísicas que abrangem todo o pensamento ocidental, criando-se similitudes e semelhanças existentes entre os mais dissonantes entes que compõem nosso mundo<sup>61</sup>. É desta maneira que podemos achar um caminho entre os universalismos que tão bem operam nas resoluções de problemas cotidianos na vida dos indivíduos, e as mais pós-modernas conceituações sobre a *performatividade* das sexualidades e as normalizações inscritas nos corpos em seus processos sócios-históricos de disciplinação heterocissexual.

## REFERÊNCIAS:

---

<sup>61</sup> Uma análise da realidade brasileira mediando a redistribuição e o reconhecimento, tal como indicado por Fraser, pode ser vista em Ruiz da Silva e Oliveira (2020).

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BENHABIB, S. “Diferença sexual e identidades coletivas: a nova constelação global”. In: *Cadernos de Filosofia Alemã*. v. 22, n. 4, 2017.

BENHABIB, S. “Feminism and postmodernism: An uneasy alliance”. In: *Filosoficky Casopis*. n. 46, v. 5, 1998, p. 803-818.

BENHABIB, S. *Situating the Self gender community, and Postmodernism in Contemporary ethics*. New York: Routledge, 1992.

FRASER, N. *Unruly practices: Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FRASER, N. “False antithesis: a response to Seyla Benhabib and Judith Butler”. In: BENHABIB, S. et al. (Ed.). *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*. Londres: Routledge, 1995. p. 59-74.

FRASER, N. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. In: *Cadernos de Campo*. V. 15, n. 14-15, 2006.

FRASER, N. “Diferença sexual e identidades coletivas: a nova constelação global”. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 22(4), 145-170, 2017.

RUIZ DA SILVA, G. *Butler entre Nietzsche e Lévi-Strauss: aproximações e estranhamentos. Três Pontos (No Prelo)*.

RUIZ DA SILVA, G. *A imagem de si: entre obediência e subjetividades dissonantes. CIPPUS (No Prelo)*.

RUIZ DA SILVA, G.; OLIVEIRA, M. *Capitalismo disfarçado: trabalho Uberizado e precarizado. RPHST*, a. 6, v. 10, p. 59-85, 2020.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, ed. 20, p. 71-99, jul/de